

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 218, DE 2003**

(Apensadas: PEC nº 370/2005, PEC nº 439/2005, PEC nº 440/2005, PEC nº 483/2010, PEC nº 44/2011, PEC nº 178/2015 e PEC nº 263/2016)

Dá nova redação ao inciso III do art. 37 da Constituição Federal.

**Autores:** Deputado MILTON CARDIAS e outros

**Relator:** Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR

## **I - RELATÓRIO**

Tendo sido designado para relatar a matéria em epígrafe, verifiquei que o relator que me precedeu já havia apresentado parecer, sem, contudo, vê-lo apreciado. Como estamos de acordo com as razões ali expostas, rendo minhas homenagens ao ilustre Deputado Nelson Marchezan Júnior, primeiro relator designado, e tomo a liberdade de adotar o texto anteriormente apresentado e adicionar as atualizações necessárias em razão das novas apensações ocorridas.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 218, de 2003, modifica o inciso III do art. 37 da Lei Maior para alterar de dois para três anos o prazo de validade de concurso público, mantendo a determinação de que possa ser prorrogável uma vez, por igual período.

Em sua justificação, os autores apontam a dificuldade, cada dia maior, de conseguir emprego neste País. Argumentam que a falta de oportunidade tem levado milhares de pessoas a optarem por fazer concurso público na busca de uma colocação estável. Para tal, esclarecem os autores,

os candidatos se empenham e se matriculam em cursinhos preparatórios com enorme sacrifício de tempo e recursos. Afirmam que aqueles que conseguem ser aprovados na seleção criam ânimo novo, esperando ser chamados a tomar posse nos seus cargos. Todavia, o prazo exíguo de dois anos, prorrogável por mais dois a critério da Administração, tem provocado grandes frustrações naqueles que embora aprovados, acabam por não serem chamados.

Apensados à PEC nº 218, de 2003, tramitam as PECs nº 370, nº 439 e nº 440, todas de 2005; a PEC nº 483, de 2010; a PEC nº 44, de 2011; a PEC nº 178, de 2015; e a PEC nº 263, de 2016.

A **PEC nº 370, de 2005**, de autoria do Deputado Milton Cardias e outros, acrescenta parágrafo ao arti. 37 da Constituição Federal para determinar que todos os candidatos classificados até o número de vagas iniciais oferecidas em concurso público deverão ser convocados dentro do prazo de validade do concurso.

A **PEC nº 439, de 2005**, de autoria do Deputado Henrique Afonso e outros, dá nova redação aos incisos III e IV do art. 37 da Constituição Federal. Determina que o prazo de validade dos concursos públicos será de quatro anos. Além disso, estabelece ser vedada a divulgação de edital de concurso público para provimento de cargo para o qual haja candidatos aprovados em concurso anterior, cujo prazo de validade ainda não tenha expirado.

A **PEC nº 440, de 2005**, que tem como primeiro signatário o Deputado Simplício Mário, tem por escopo dar nova redação ao inciso IV do art. 37 da Lei Maior, dispondo sobre a obrigatoriedade de convocação dos candidatos aprovados em concursos públicos de provas ou de provas e títulos como condição prévia para realização de novo concurso, com idêntico fim, no interregno do prazo improrrogável do concurso anterior.

A **PEC nº 483, de 2010**, cujo primeiro signatário é o Deputado Gonzaga Patriota, altera o inciso II do art. 37 da Constituição para vedar a realização de concurso público exclusivamente para a formação de cadastro de reserva. Acrescenta, ainda, inciso IV-A para determinar que as vagas publicadas no edital de convocação deverão ser preenchidas no prazo de

validade do concurso, assegurando ao candidato aprovado a investidura no cargo para o qual concorreu, respeitada a ordem de classificação.

A **PEC nº 44, de 2011**, de autoria do Deputado Romero Rodrigues, cria critérios para nortear o aproveitamento dos aprovados em concursos públicos, definindo regras diferenciadas para os processos de recrutamento envolvendo cargos, impostas à Administração Pública direta, autárquica e fundacional, e empregos, aplicáveis aos entes de direito privado integrantes da Administração Indireta.

A **PEC nº 178, de 2015**, de autoria do Deputado Rogério Rosso, acrescenta parágrafo ao art. 37 da Constituição Federal para prever a suspensão da contagem do prazo de validade dos concursos públicos no período que vigorarem medidas administrativas de contenção de gastos.

Por fim, a **PEC nº 263, de 2016**, que tem como primeiro signatário o Deputado Silas Freire, também altera o inciso III do art. 37 da Constituição Federal para aumentar para quatro anos, prorrogável uma vez, pelo período de até dois anos, o prazo de validade do concurso público.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, b, c/c art. 202), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie sobre a admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição nº 218, de 2003, nº 370, de 2005, nº 439, de 2005, nº 440, de 2005, nº 438, de 2010, nº 44, de 2011, nº 178, de 2015 e nº 263, de 2016.

Todas as proposições foram apresentadas por mais de um terço de senhores Deputados, conforme atesta a Secretaria-Geral da Mesa, número exigido constitucionalmente (art. 60, I, CF).

De outra parte, o País encontra-se em plena normalidade político-institucional, uma vez que não está em vigência intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio (art. 60, § 1º, CF).

Outrossim, as cláusulas pétreas foram respeitadas, eis que as proposições não tendem a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, CF).

Ressalte-se, ainda, que a alteração de prazo de validade de concurso não foi matéria constante de outra proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa (art. 60, § 5º, CF).

Assim, obedecidos os requisitos constitucionais formais de admissibilidade, pode-se afirmar que as proposições foram elaboradas em acordo com os princípios constitucionais em vigor, assim como com os ditames da Lei Complementar nº 95/98, alterada pela LC nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição nº 218, de 2003, nº 370, nº 439 e nº 440, todas de 2005, da PEC nº 438, de 2010, da PEC nº 44, de 2011, da PEC nº 178, de 2015 e da PEC 263, de 2016.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 2017.

**Deputado RUBENS PEREIRA JÚNIOR**

**Relator**